

Demo
patte II
2080

Antoine Canary-Wharf

Registo n° 349/2020 **SIIGAC/2020/843** DATA: 2020.02.14

JUPITER EDITIONS

Print Your Heart with Jupiter Editions©

**Este demo está protegido e reserva
todos os Direitos de Autor.**

**A obra deste demo foi iniciada no
dia 25 de outubro de 2019 e foi
registada no dia 14 de fevereiro de
2020.**

A 1ª Ordem de Impressão da 1ª Edição 2080 de Antoine Canary-Wharf tem 960 páginas

**Se neste momento, por algum
motivo, não puder comprar o livro
do autor, a Jupiter Editions sugere
que faça um donativo ao autor para
o IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade de
escrita do autor e não deixar o
espírito do autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

A Jupiter Editions apostou em 9 livros de novos 9 autores.

O principal objetivo do donativo é a proteção da qualidade de escrita.

Por defeito, se os donatários nada disserem sobre o destino a dar, o donativo será 99% para os autores, cabendo 11% a cada um dos 9 autores e o 1% remanescente será destinado à filantropia da Jupiter Editions como a Plantação de Árvores, o Combate à Fome ou o Combate ao Lixo. O donativo pode ser feito por conta de qualquer um dos fundos que a Jupiter Editions pretende abrir e desenvolver. O donativo pode ser destinado 100% a um autor ou a uma missão.

O donativo pode ser anónimo, mas a Jupiter Editions sugere ao donatário que se identifique, sobretudo, se financiar a voz de um dos autores, para que o autor possa agradecer em nota pessoal. Basta enviar um email para manager@jupitereditions.com com o assunto DONATING e com o comprovativo da transferência bancária.

Se o donativo for destinado a um autor e se com o comprovativo da transferência for ainda anexada alguma fotografia ou mensagem do donatário, a Jupiter Editions obriga-se a reencaminhar o email ao autor.

Por favor, veja a nossa Política de Privacidade, para saber como é que os seus dados são tratados pela Jupiter Editions.

A Jupiter Editions não cede, nem vende os seus dados a nenhum parceiro.

A Jupiter Editions só pode ceder os dados dos Member Readers que tenham aceiteado que uma determinada empresa ou parceria comunicasse com os Member Readers. Se uma nova parceria for aprovada pelo Centro Ético de Negócios e Parcerias Sustentáveis Para o Futuro, a Jupiter Editions pergunta na Conta Jupiter aos Member Readers interessados em facultar os seus dados à nova parceria, explicando aos Member Readers a importância dessa mesma parceria. Quando as empresas parceiras/ parcerias contactarem os Member Readers, logo no 1º contacto devem anunciar a parceria com a Jupiter Editions, para que o cliente consiga ver com nitidez as parcerias e a sua importância para a sustentabilidade das empresas num mercado altamente competitivo.

Siga o autor @antoinecanarywharf

(...)

— O professor tinha dito que havia uma série de argumentos que depois podíamos conjugar com a tese da impossibilidade dos direitos de autor e intelectuais serem comercialmente processáveis ou tratáveis...

— Sim, vou dar-vos um ou dois, depois os outros todos encontram no meu manual. Mas deixe-me só fazer-lhe um pequeno reparo Jaime. O Jaime disse “a tese da impossibilidade dos direitos de autor e intelectuais serem comercialmente processáveis ou tratáveis”... Não é esse o nome da tese. Temos de ser juridicamente rigorosos. O nome da tese é “da impossibilidade dos direitos de autor e intelectuais serem processáveis ou tratáveis”. Não tem lá o “comercialmente” como o Jaime adicionou. Porquê?

— Porque há dados que são processados ou tratados sem um fim comercial.

— Certo, Jorge! Percebeu Jaime?

— Mais ou menos...

— Não está a ver assim, de repente, nenhum exemplo?

— Não estou a conseguir visualizar, assim, nada, de repente,...

— Pense no Sistema Perfeito. O Sistema Perfeito tem câmaras espalhadas por todo o lado. Algumas têm microfone. Imagine que está num jardim debaixo de uma macieira. O Jaime namora?

— Namoro...

— Tem namorado ou namorada?

— Namorado...

— O Jaime está com o seu namorado debaixo de uma macieira e caiem-lhe, de repente, 9 maçãs na cabeça que estavam chipadas e que foram telecomandadas a partir do telefone do anormal que tem um fraquinho pelo seu namorado. O Jaime olha para as maçãs e sem ver o chip que tinha sido posto nas maçãs e sem ver a Internet das Coisas transforma-se num novo Einstein e inventa uma nova teoria da relatividade, mas muito mais divertida e tecnológica... “Assim” uma “espécie” de *Paranóide Tecnológica* de Federico Ferrari, está a ver? Começa logo intuitivamente a ver que a queda daquelas maçãs (...)

(...)

Percebeu agora, com este caso, o porquê da tese não ter a expressão “comercialmente” que o Jaime adicionou? Porque nós, com a tese, queremos proteger todos os direitos de autor e intelectuais, impedindo-os de serem processados ou tratados quer seja para fins comerciais, científicos, jurídicos, de investigação, de ensino, lazer ou cultura. Porque quem tem de registar os direitos intelectuais e a propriedade industrial é o autor dos direitos intelectuais e da propriedade industrial. Mais ninguém! E a propósito disto, dou-vos já um dos argumentos. Que tem que ver com a legitimidade. É preciso ter legitimidade para registar. E a legitimidade não se transfere assim do nada com um simples contrato. Não basta eu assinar um contrato para, de repente, eu transferir automaticamente o meu cérebro para uma empresa, para, de repente, uma empresa poder vir com as suas mãos e abrir-me o cérebro, explorar-me todo, enquanto eu estou ali a beber o cafezinho que ela “me ofereceu”. Outro argumento, pegando naquilo que a Catharina trouxe ao ter invocado a Lei de Lavoisier, é que se o autor

ainda não registou, isso não quer dizer que esteja a desperdiçar nada, porque ele ainda poderá vir a registar, sendo as razões de não ter ainda registado as mais imensas possíveis. O autor pode não querer registar só um pensamento dele, mas pode querer registar 1000 pensamentos dele todos ao mesmo tempo. E nenhuma empresa nem nenhum sistema, Catharina, por mais económico ou liberal que seja, pode suportar esse argumento da transformação, da reutilização da matéria, do talento e do desperdício, porque não foi desperdício nenhum o autor não ter registado, ainda. O autor pode registar quando ele quiser. O autor tem um relógio dentro de si. Ele está ligado ao tempo dele. Então, alguém que queira concluir muito rápido o caso número 8, dizendo-me o que faria se fosse advogado de Bento e para ver se consegue convencer a Catharina a passar para o nosso lado...?

— Posso, professor?

— Sim, Gusmão.

— A primeira coisa que eu faria (...)

(...)

— Professor! Mas no caso que o professor nos deu, Bento tinha assinado duas declarações virtuais, em que uma delas ele tinha aceiteado que a primeira empresa, o café, cedesse os dados à segunda empresa que depois iria tratar os seus dados de imagem...

— Obrigado, Catharina! Gusmão, no nosso caso já havia a segunda declaração... E agora?

— Iria, então, atacar a segunda declaração virtual. (...)

(...)

— Muito bem, Gusmão! Seria uma das formas de atacar e ter sim, sucesso numa ação real dessas em tribunal. (...)

(...) A pergunta que eu vos faço é: será que alguém quando declara que autoriza uma empresa a fazer o seu tratamento de dados seja de imagem, seja de voz, sejam os dados que sejam, está à espera que essa mesma empresa vá vender os desenhos que fez numa esplanada de um café que tinha uma câmara que processou o que eu desenhei e que eu aceitei esse processo? Mas eu aceitei esse processo? Será que eu percebi esse processo? É que talvez, eu nem perceba bem o que quer dizer “processo”... E mesmo que eu tivesse aceitado esse processamento e esse tratamento, eu tinha de estar à espera que os desenhos (...) aparecessem no mercado, porque a empresa foi imprimir os desenhos que me viu atrás da câmara a desenhar? Eu tinha de estar à espera deste comportamento? Não tinha. Não é um comportamento normal... (...) Ainda que ficássemos com dúvidas, que não há lugar aqui para dúvidas nenhuma, mas ainda que ficássemos com dúvidas, o artigo (...) faz uma pequena ressalva no final, não faz Gusmão?

(...)

— Professor! Como é que acontece na prática essa cedência de dados? No caso de Bento, tínhamos duas empresas, uma que processava e que cedia aquilo que processava à outra empresa que iria tratar... Mas como é que isso na prática acontece?

— A Catharina é dona de uma empresa credenciada para tratar dados de outras empresas. Legalmente, em nome da sua empresa, a Catharina pode emitir um pedido a uma outra empresa não autorizada no tratamento de dados, para que lhe sejam cedidos numa determina

noite, semana, mês, ou ano, os dados de imagem de todos os seus clientes ou só de alguns clientes, consoante um “pré” *profile*, mediante um pagamento (...) a esse estabelecimento. Ou, então, a Catharina pode celebrar contratos ou parcerias de duração limitada com determinadas empresas em que recebe automaticamente imagens ou filmagens para tratamento de dados, os dados que uma empresa vai gerando e processando. As empresas não autorizadas no tratamento de dados “cedem” os dados que processam, às empresas credenciadas no tratamento de dados para o tratamento de dados, pagando estas um determinado valor. Assim, uma discoteca não autorizada no tratamento de dados pode, por exemplo, ceder à Catharina os dados de imagem de todos os seus clientes de uma determinada noite por 5000 mil, recuperando depois a Catharina esse dinheiro no final do mês, porque a Administração Pública vai depois cobrir esse valor. (...) Na linguagem jurídica administrativa comercial é a isto que nós chamamos “cedência” dos dados.

— Mas porque é que a Administração Pública cobre, apoia, favorece, patrocina a cedência dos dados?

— Porque a Administração Pública é a parte mais interessada no tratamento de dados, por isso é que permite, (...) autoriza, admite, possibilita, o tratamento de dados da forma como o permite, porque se não tivesse interesse, ela própria, que é o Direito Administrativo, proibiria. Isto é de caras! Isto para vocês tem de ser de caras! Têm de conseguir ver isto! Vocês, dentro desta sala de aula são todos empresas. Lá fora, todas as pessoas são empresas. Eu sou a Administração Pública. As empresas lá fora têm câmaras e microfones, mas não estão todas autorizadas a fazerem o tratamento dos dados de imagem e do som, mas fazem o processamento. Procedem à gravação de imagens e de som. É isso o processamento delas, tão-só procederem à gravação. Vocês, enquanto empresas credenciadas no tratamento de dados, vão pegar nos dados que as outras empresas geraram e vão tratá-los. Só que

vocês estão obrigados a enviarem esse tratamento de dados a mim, que sou a Administração Pública. Logo, há um claro interesse meu. Porque vou ter dados tratados. Eu, Administração Pública, vou ficar mais bem informada sobre todos os indivíduos. Desde a preferência deles, aos medos deles, aos desejos sexuais deles, aos pensamentos deles, (...) a tudo! Vou ficar informada de tudo! Com quem andam, com quem se encontram, o que falam, que relações estabelecem, se ficam mais felizes ou mais produtivos quando se encontram com uma determinada pessoa, ou se ficam mais deprimidos, se ficam mais predispostas ao consumo de drogas ou de álcool, enfim, fico com uma coletânea de dados que nunca imaginei ter. Vocês, que me enviaram os dados tratadinhos, vão recuperar o vosso dinheiro, porque eu pago-vos por isso. Eu vou-vos pagar, para vos “obrigar” a encaminharem os dados para mim. Eu fiz de vocês um serviço, uma empresa de tratamento de dados. Eu, Administração Pública, não tenho pessoal suficientemente qualificado, mas vocês, empresas, têm. Têm o quê? Têm analistas de dados, cientistas de dados... Logo, vai haver um tratamento de dados e esse tratamento de dados é do interesse público, então eu, Administração Pública, obrigo-vos depois a “entregarem-me” esses dados e pago-vos por isso, pagando o vosso investimento, quando vocês foram comprar os dados que foram processados. (...)

— Porque depois de tratados e analisados os dados, os estabelecimentos comerciais encaminham os dados obrigatoriamente como destino final a Administração Pública, que é a detentora de todos os dados tratados dentro do Sistema Perfeito.

— Certo! É isso mesmo, Catharina! Muito bem! Podemos então avançar agora para o caso número 9? Já estamos mesmo a ficar sem tempo... E na próxima aula vamos ter de entrar obrigatoriamente no caso número 10 que nos vai ocupar seguramente a aula inteira e só vamos ter uma aula para o caso número 10, (...)

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade de
escrita do autor e não deixar o
espírito do autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

— Posso ficar com o caso, professor?

— A Catharina já participou hoje bastante... Vamos ver um outro colega seu, se não se importar...

— Professor! Gostava de ficar com o caso...

— O Gusmão também já participou bastante bem hoje... Vamos ver um outro colega seu, se não se importar... Também estou a ver os vossos braços no ar, Jorge e Jaime... Mas tenho aqui colegas vossos que ainda não participaram desde o início do semestre... Eu relembro-vos que a vossa participação oral nesta cadeira vale 80% da vossa nota. De nada vos vale terem 20 valores na frequência se não participarem, porque mesmo que tenham 20 valores, esses 20 valores só valerão 4 valores na vossa nota que é de 0 a 20 valores. Vítor, fez o caso prático?

— Fiz, professor.

— E quer participar?

— Não tenho bem a certeza, do que se fiz está certo...

— Não quer tentar?

— Pode ser...

— Sem ler o enunciado do caso, consegue dizer-me o que se passou neste caso?

— O Aníbal comprou um carro com um sistema comandado pela voz com inteligência artificial...

— É possível desligar esse sistema de comando por voz?

— Não.

— Ou seja, desde logo temos aqui um grande problema, que é...?

— Não haver a hipótese de comprar um carro do mesmo modelo sem que tenha o sistema comandado pela voz com inteligência artificial...

— Muito bem, Vítor. Ora este caso remete logo a um outro direito, ao Direito Comercial de Dados. Ora, o Sistema Perfeito entende que os carros com microfones e inteligências artificiais possam circular livremente no mercado, que hoje é um mercado característico de dados... Mas faz uma ressalva... Vítor?

— Que só podem circular os modelos com o sistema comandado pela voz com inteligência artificial se oferecerem ou tiverem simultaneamente à disposição uma outra versão, no mesmo modelo, que não tenha o sistema comandado pela voz com inteligência artificial.

— Muito bem, Vítor. E porque é que esta ressalva é assim tão importante?

— Porque impede que a indústria automóvel comece a monopolizar o mercado de dados e comece a fabricar tendencialmente carros com microfones com inteligência artificial...

— Os chamados “carros chipados”. Ora, o carro é um bem quase primário nos dias de hoje, e com as imposições legais das emissões tecnológicas e das emissões poluentes e das imposições rodoviárias e das imposições estéticas do Direito Comercial da Moda há uma invisível obrigação de as pessoas comprarem carros cada vez mais novos, logo, cada vez mais tecnológicos... Ora, nesta ditadura

comercial tecnológica que mais parece um comunismo, se todos os carros fossem chipados, imagine-se a extração de dados, de romances, de discussões, de famílias disfuncionais que seria... (...) Mas qual é a importância deste direito comercial de dados não permitir que um modelo “chipado” circule no mercado de dados, se a marca não oferecer a possibilidade de os compradores adquirem o mesmo modelo que não venha “chipado”? Que não venha “chipado” de fábrica?

— A proteção da reserva da vida privada, do direito à intimidade, dos dados mais íntimos, da privacidade dos dados?...

— Exatamente, Catharina! É essa a preocupação do Direito Comercial de Dados... E quando é que este direito nasceu?

— Com o caso real (...) *Vítor Hugo versus* (...).

— Certo. (...) O que é aconteceu no caso (...)?

— O Vítor Hugo queria comprar um carro (...) em abril de 2020. Só que não estava muito confortável com o sistema comandado pela voz com inteligência artificial.

— Sabe porquê, Vítor?

— Porque ele era encarregado de proteção de dados, era mestre em Inteligência Artificial e Direito e conhecia a tecnologia, sobretudo tinha informação privilegiada sobre os processadores e máquinas de reconhecimento de voz.

— (...) Para além disso, Vítor Hugo pertencia à Comissão (...) e tinha colegas que nesta comissão repetiam como robots (...) que não podiam exigir ao Direito que regulasse a Inteligência Artificial. E ele, naturalmente que não concordava, quando sabia que esta tecnologia de reconhecimento de voz era uma potencial ameaça! Antigamente, e

estou a falar de 1989, os sintetizadores de voz não eram ameaçadores. E como não eram ameaçadores, eram muito rudimentares para o tempo de hoje; investiu-se na sua tecnologia até que em meados de 2013, 2014, 2015 começou a ser um perigo, perigando então todo o sistema em 2020. Nós herdamos o pecado dos dados sensivelmente em 2020, porque em 2020 é que a economia de dados começou a cometer uma série de pecados. Ora, antes de 2020, já havia assistentes pessoais virtuais, que só de ouvirem as nossas conversas, como os nossos algoritmos dos telefones ouvem, faziam uma reserva de forma muito natural num hotel para as nossas férias, marcavam mesa em restaurantes, salões de cabeleireiro, desmarcavam cafés com os nossos amigos... Aquilo que nós hoje temos de uma forma muito natural... Eu não... Que eu ando desarmadilhado dessas armadilhas tecnológicas... (...) eu sou o meu próprio assistente virtual, tenho um cérebro muito virtual e muito tecnológico, (...). Ora e isto era o que se passava já em 2020, reparam, com o sistema comandado pela voz com inteligência artificial (...) já detinham e comercializavam a sua potencialidade. (...) em 2020, já se alertavam e informavam as pessoas que o novo petróleo eram os dados, mas as pessoas queriam lá saber dos dados para alguma coisa, porque não alteravam nenhum dos seus comportamentos em relação à tecnologia. Só 3% de toda a população mundial é que reagiu a essa informação (...) Então, estão a imaginar as pessoas a comprarem os carros com o sistema comandado pela voz com inteligência artificial e acharem uma coisa chiquíssima, a ficarem maravilhados com a tecnologia, estão a imaginar as pessoas a viajarem nos carros e a falarem de tudo, a dizerem que estão com fome, que querem acampar e os carros a trazerem recomendações. Estão a ver o que é o dono do carro estar a dar boleia a um amigo e o amigo a dizer que está tudo bem, mas o sistema comandado pela voz com inteligência artificial a saber que aquele amigo está com uma depressão e a recomendar um psicólogo para o amigo. (...) Estão a ver o filme de vocês estarem no carro de um amigo com o sistema comandado pela voz com inteligência artificial a contarem um sonho vosso e o vosso

sonho a aparecer (...) nas salas de cinema, porque o algoritmo do sistema comandado pela voz com inteligência artificial reconheceu que aquilo era um sonho com potencialidade útil económica, e foi vender a uma empresa de cinema?... Ah! Mas o algoritmo não podia fazer isso? Mas até já há um Direito do Algoritmo? Um direito vivo... Um direito do algoritmo que permite os algoritmos virem trazer-me informações sem eu pedir, mas que eu estava mesmo a pensar nelas... E começa a aparecer uma nova paixão, um novo fascínio, um novo romance pelos algoritmos e (...). E se até o algoritmo já tem vida própria e paixão própria e expressão própria, então já pode ser demandado em tribunal, já é adulto para estar em juízo. E se o algoritmo não podia levar o vosso sonho ao empresário de dados que nem pediu nada, foi o algoritmo que levou até ao empresário, então levem o algoritmo ao Tribunal dos Algoritmos e deixem em paz, se faz favor, o empresário, que é só um pobre coitado de um empresário... Estão a ver isto e muitas outras coisas, certo? É que quando nós falamos de “dados de privacidade” parece que não tem muito impacto... Pelo menos, em 2020 não teve. As pessoas ouviam isso e não se importavam... Falavam, conspiravam, acertavam, mas depois esqueciam o assunto e deixavam-se e apanhavam boleias tecnológicas em carros tecnológicos com o sistema comandado pela voz com inteligência artificial. Ora, (...) o Vítor Hugo (...) não queria (...) o sistema comandado pela voz com inteligência artificial, porque ele não queria estar preocupado com chips e microfones dentro do carro dele, que ele comprou com o dinheiro dele. Ele queria adquirir um carro e ter a certeza que podia dizer o quer que fosse dentro do carro dele que nenhum algoritmo e nenhuma inteligência artificial pegasse naquilo que ele estivesse a dizer e levasse sabias lá ele para onde. Quer dizer, ele sabia para onde as “coisas” iam parar, porque ele via a circulação “das coisas que dizemos” no mercado, porque estava por dentro do assunto. Estava na Comissão (...), tinha o mestrado que tinha, a profissão que tinha, lidava todos os dias com os dados, via os depósitos de dados que as empresas tinham... (...) E o nosso (...) Vítor Hugo, sabia que esses sistemas comandados pela voz

com inteligência artificial lidavam com sofisticadas tecnologias de redes neuronais profundas, as chamadas *deep neuronal networks* e *virtually unlimited amount of data*, que basicamente é a capacidade do reconhecimento de voz e o “dar sentido” ao reconhecimento, e ainda, a capacidade de imitar a voz de um humano em particular na perfeição, bastando ter uma quantidade suficiente de dados de voz. Por isso, é que o sistema comandado pela voz com inteligência artificial nos carros consegue acompanhar as conversas num contexto e consegue ainda distinguir se é o dono do carro a falar diretamente para o sistema, ou se são os amigos do dono do carro “a fazerem pouco” do sistema e do amigo que tem aquele carro. O Vítor Hugo sabia também que o sistema comandado pela voz com inteligência artificial trazia uma grande armadilha incorporada: a tecnologia *speech analytics*. Alguém sabe que armadilha é esta?

— Os sistemas comandados pela voz com inteligência artificial *speech analytics* só de ouvirem uma pessoa a falar em menos de 10 segundos conseguem saber o estado de espírito, os traços de personalidade, o nível de stress, o nível de intoxicação...

— Ou seja, em 10 segundos, Catharina, só para dar mais ênfase ao seu discurso, um sistema de voz destes, consegue saber se eu fumei ou não um charro. Por isso, estão a ver o aproveitamento que o Sistema Perfeito fez disto, certo? Percebem agora o porquê da urgência do Sistema Perfeito ter querido capturar estas tecnologias numa política vinculada sobretudo pelo monopólio dos dados de informação... Continue, por favor Catharina, desculpe tê-la interrompido...

— Os sistemas comandados pela voz com inteligência artificial *speech analytics* também conseguem saber as horas de sono, se uma pessoa tem ou não uma carga cognitiva elevada, qual é a altura da pessoa, se a pessoa está ou não com depressão, se é ou não bipolar, se

tem *Aphasia, Parkinson, Alzheimer, Huntington, Mild Cognitive Impairment, Autism, Spectrum disorder...*

— Muito bem, Catharina... E por aí... Fico muito feliz que vocês tenham consciência e informação disto. Ter informação dá-nos maior poder e liberdade de manobra no Sistema Perfeito. Quando compramos coisas com o nosso dinheiro, é muito importante estarmos conscientes (...). Mas esta ponderação económica das coisas, esta liberdade económica, este liberalismo económico, só pode existir verdadeiramente se os consumidores estiverem devidamente lúcidos e informados. E esta informação tem de ser obrigatória numa língua, num dialeto, num gesto, num filme, numa expressão, num sotaque, num latim, (...) que todos consigam perceber. E a partir daí, é deixar o mercado e a economia e a seleção natural correrem, porque há pessoas que não se importam que um robot ou uma empresa ou a Administração Pública ou o Sistema Nacional de Medicina saibam tudo sobre elas e tomem decisões preponderantes na vida delas baseada na informação que possuem sobre elas. Mas primeiro tem de haver esta honestidade empresarial e contratual, só assim é que os contratos podem ser perfeitos! (...) o que é que afinal o nosso Vítor Hugo fez?

— Contactou diretamente (...) perguntando se seria possível adquirir um carro deles último grito de modelo sem o sistema comandado pela voz com inteligência artificial.

— Certo, Vítor. E o que é que (...) respondeu?

— Respondeu que não.

— Obrigado, Gusmão, pela sua participação, mas quem está com o tempo de antena...

— É o Vítor, desculpe professor...

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade de
escrita do autor e não deixar o
espírito do autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

— Não me peça desculpa a mim, Gusmão...

— Desculpa, Vítor.

— Só desculpo, se logo vieres beber uma jola comigo! E o professor também está convidado...

— Obrigado, Vítor, mas não bebo cerveja, dá gota no pé e gasta-se muita água só para fazer uma cerveja. É um desperdício de água! É um esbanjar de água! (...) Continue, por favor...

— (...) respondeu que não era possível adquirir o carro sem o sistema comandado pela voz com inteligência artificial, com a desculpa que já vinha de fábrica, por defeito.

— Por outras palavras, (...) disse é que só vendia o carro “chipado”. (...) E o que é que Vítor Hugo respondeu (...)?

— (...) E Vítor Hugo colocou algumas questões pertinentes sobre se era possível desligar o sistema... Se com o sistema desligado a Inteligência Artificial continuava a ouvir as conversas... Se mesmo com o sistema offline, a Inteligência Artificial gravava algumas conversas para depois quando o sistema ficasse online, enviar as conversas à marca ou a outra marca que analisariam as conversas “sobre o pretexto” de melhoria da experiência e potencialidade das funcionalidades do sistema...

— Muito bem, Vítor. E o que é (...) respondeu?

— Não respondeu. E Vítor Hugo recorreu aos tribunais alegando a violação do direito à informação que (...) estava obrigada a prestar quando solicitada por um consumidor, ainda por cima, pela sensibilidade em que a questão se enquadrava e alegou ainda a violação

dos direitos de privacidade, personalidade e dignidade e dos dados de informação.

(...)

— Ganhou o caso e sobreviveu no mercado até hoje, com uma condição imposta pelo novo Direito Comercial dos Dados: (...) pode fabricar carros desses chipados, se fabricar simultaneamente carros sem chips, sem microfones e sem inteligências artificiais nenhuma e explicar e informar sobre a (...) sofisticada tecnologia às pessoas que se deixam seduzir, (...) pela (...) Inteligência Artificial.

— Certo, Vítor! Foi mesmo isto que aconteceu... Alguém sabe porque é que o Vítor Hugo perdeu o caso em tribunal?

— No manual do professor, o professor fala numa sorte temporal legislativa. Diz que simplesmente este assunto dos dados de voz, ainda não era tão lúcido ao Direito da altura.

— Exatamente. O Direito ainda não era tão tecnológico como hoje temos um Direito Tecnológico, um Tribunal Tecnológico, uma Polícia Tecnológica, uma Prisão Tecnológica, um Sistema Tecnológico de Justiça Antecipatória Algoritmizado, uma Medicina de Precisão e um Direito dos Dados de Saúde, enfim... E alguém sabe o que é que também nasceu com este caso?... Que regime nasceu? Agora estou a falar num regime, não estou a falar num direito... Já sabemos que nasceu com este caso o Direito Comercial dos Dados... Mas e que regime nasceu? Um regime tecnológico muito, muito, muito, importante que se vai aplicar automaticamente a nível dos contratos, quando, por exemplo, eu quero comprar ou vender (...) bens ou serviços mais tecnológicos onde há uma preocupação a nível de dados... Então?... Ninguém está a ver...? Arthur? Catharina? Vítor? Gusmão? Jorge?

(...)

— Muito bem, Theresa! Que gosto em ouvi-la! Gostaria que participasse mais nas minhas aulas, porque é que não participa tanto?...

— Porque o professor intimida-me...

— Eu???? Intimido????

— Sim... Com esse seu ar e essa sua ciência sobre os dados... Sinto-me obrigada a escolher meticulosamente as minhas palavras...

— Por favor, Theresa, não sinta! Não é isso que eu quero! O meu algoritmo básico é *Think Without Thinkink*, quero que pensem sem pensarem, quero que falem sem pensarem, quero que falem com o vosso coração e com a vossa alma aquilo que veem ou sentem. Podem estar completamente ao lado, podem estar completamente errados, mas não faz mal. Têm tempo para alterar a vossa visão. Tiveram aquela visão, aquela resposta, aquela reação com o mundo de informação que vos foi disponível. Deixem os vossos cérebros falarem. Deixem as vossas mentes expressarem-se. Eu não quero que pensem demasiado nas coisas com essa meticulosidade, Theresa. Não sou nenhum comilão de dados, o Sistema Perfeito é que é. É dele que têm de ter medo! Os algoritmos é que são comilões de dados, é deles que têm de ter medo. Eu sou só uma alma, sou só um fantasma, sou só uma expressão de sentimentos, daquilo que eu vejo e sinto. Não é de mim nem dos fantasmas que têm de ter medo. É dos algoritmos. Pensem sem pensarem, se não tiverem algoritmos por perto. Aqui não há algoritmos. Eu proíbo-vos de trazerem toda a tecnologia nesta sala. Quando vocês entram aqui na minha sala de aula têm de passar por aquele detetor de metais, que está ali à porta. Os vossos telefones, nesta sala de aula não entram, tiveram de os deixar nos cacifos. (...)

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade de
escrita do autor e não deixar o
espírito do autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603

(...) Contrato com as empresas que têm humanos a colaborar com elas, empresas que dão emprego a humanos, empresas que pagam *ordenados de felicidade*, empresas que aumentam a felicidade humana e diminuem o sofrimento.

— O professor é um capitalista inteligente dos recursos como o Jaime Maria Bayamonde da Costa Ayala?

— Sim, sou Arthur.

— Eu também, professor...

— Eu sei, Arthur...

— Como é que sabe, professor?

— Bem vejo a sua alma e coração...

— Não me diga que já me andou a espreitar com os binóculos a minha áurea...

— Não preciso de binóculos para ver a sua alma, Arthur. O meu raio-laser, que me sai da tecnologia dos meus olhos, vê que o Arthur é um dos bons, dos belos e dos bens da economia. O Arthur sabe que é um bem precioso!

— Professor!... Assim fico envergonhado!

— Professor, sabia que o Arthur tem um fraquinho pelo professor?

— Não diga disparates desses na minha sala de aula, Gusmão!

— É verdade, professor, nós temos uma aplicação nos nossos telefones em que gravámos o Arthur a falar do professor e os algoritmos da aplicação sugeriram que o Arthur tinha um fraquinho pelo professor, da forma como falou do professor.

— Também o Jorge está metido nisso? Arthur! Se precisar de um advogado para intentar numa ação contra os seus queridos colegas Jorge e Gusmão no Tribunal Penal Tecnológico diga-me, por favor, que os meus professores de Direito Penal adoraram-me ter como aluno deles... E “com sorte”... Eu até fico com o caso e mando os seus colegas direitinhos para a Prisão Tecnológica.

— Obrigado, professor! Por isso, é que eu tenho um fraquinho pelo professor, está a ver? Até os algoritmos já me apanharam... Professor!!!! Em que mundo é que estamos???? Para que mundo é que os nossos pais nos convidaram a nascer????

— Estou a ver que esta aula hoje está a ser muito divertida... (...) Há greves todos os dias dos trabalhadores por causa dos robots, há manifestações todos os dias por causa dos drones. (...)

o Sistema Perfeito, torcendo o nariz e franzindo um pouco a testa, foi permitindo a entrada dos robots nas empresas (...) com uma condição: (...) enquanto houver clientes e consumidores a preferirem serem atendidos por humanos, opondo-se expressa ou tacitamente ao atendimento por um robot ou por um assistente virtual, não podem extinguir os humanos desse posto. A extinção tem de ser segundo as leis da seleção natural... (...) Nos supermercados nunca usei uma caixa automática, procurei sempre ser atendido por um humano, foi a minha oposição tácita e é a minha oposição tácita para continuar a ver pessoas empregadas pelos supermercados. Porque sabia que seria uma questão de tempo. Ainda que nos habituássemos a ver robots e humanos numa empresa, os humanos iriam acabar por desaparecer, porque quando as

machine learnings aprendessem tudo o que haveria para aprender do trabalho daquele humano, a empresa iria pegar no humano e ia dar-lhe um pontapé no rabo. E por isso, eu trouxe ao Sistema Perfeito o Direito de Oposição a trabalhar com *machine learnings*, microfones, câmaras, algoritmos e outras inteligências artificiais em contexto do Direito do Trabalho... E lá o Sistema Perfeito, não muito contente, aceitou esse meu direito. (...)

(...) As empresas tinham era de investir em *ordenados de felicidade*. (...)

(...) E com as portagens foi a mesma coisa. As portagens queriam extinguir os postos de trabalho humanos, mas eu não deixei. Sempre que via o tal símbolo, que eu com os meus olhos via em holograma, que havia um humano dentro daquela casinha, era mesmo para ali que eu metia o meu carro. Tivesse a fila de carros que tivesse, estivesse eu atrasado, fosse o que fosse, eu não tirava o meu carro dali. Porque sem ser caixeiro de uma portagem, eu estaria ali na fila da frente a apoiar a greve dele! Porque a empresa tinha era de abrir mais postos com humanos. Não era experimentar a nossa paciência e a nossa tolerância na fila de espera. (...) toda a gente metia o carro nas máquinas automáticas, porque queriam era seguir em frente. Mas (...) nem percebiam que demoravam mais tempo na máquina a pagar, do que se fossem atendidos por um humano. Porque os humanos nas caixas viram os robots. E como viram os robots, viraram robots! E tornaram-se mais rápidos que eles. Mesmo que venha o robot super-rápido não acham que vale a pena aplaudir o esforço do humano? Não acham que merecemos acolher este stress humano? É que as empresas stressaram os seus colaboradores... Puseram-nos a implorar (...) pelo trabalho... Puseram-nos a chorar para que o robot não lhes roubasse o emprego... Puseram-nos a dizer que eles queriam trabalhar... Estão a ver o que é um humano querer trabalhar, mas não poder trabalhar, porque já não é útil em lado nenhum? Porque os robots já fazem o que qualquer humano faz? (...) Uma última história que vos dou, antes de falarmos

À Velocidade da Luz de Gil de Sales Giotto dos casos reais *Vítor Hugo versus (...)* e *Vítor Hugo versus (...)*.

— Professor! Posso ficar (...) com o caso Vítor Hugo versus (...)?

— Sim, pode Arthur. Mas não se esqueçam que ainda não concluímos sequer o caso que o Vítor estava a fazer. Primeiro temos de concluir esse.

— Posso ficar com o caso do *Vítor Hugo versus (...)*?

— O Arthur fica com o caso *Vítor Hugo versus (...)* e o Gusmão fica então com o caso *Vítor Hugo versus (...)*.

— Vou, então, contar-vos a história. (...)

(...) O meu tio abriu o Club (...) em Cascais e eu achei que fizesse mais sentido abrir o Club (...) em Cascais. Na altura, havia a incompatibilidade de um juiz não poder ser empresário, o que não fazia sentido nenhum! E tive de tratar de tirar essa ortodoxa incompatibilidade (...). Aproveitei o liberalismo económico do Sistema Perfeito para demonstrar a incoerência, a injustiça, (...) dessa incompatibilidade e o Sistema Perfeito viu por demonstrado. Se por acaso, um juiz tiver um restaurante ou uma loja de sapatos e tiver um litígio com um cliente seu, basta escusar-se ao caso. Como é lógico, não é ele que vai julgar sobre a sua própria empresa... Como é lógico, não é ele que vai julgar sobre o seu pai... É a mesma coisa! E qual é o mal de um juiz ter uma empresa? A empresa não lhe vai tirar tempo nenhum... Há empresários que nem metem os pés na empresa... Estão a ela conectados à distância. Muitos, estão sentadinhos no sofá, sozinhos, a comer pipocas a verem os *reality shows* que fazem dos seus restaurantes, cafés, ginásios, discotecas e supermercados cheios de câmaras... A verem-vos, simplesmente a verem-vos, quando vão aos cafés com os

vossos amigos, *dates* e namorados... E os juízes a verem isto tudo e mais outras coisas não podem também eles terem uma empresa? O Sistema Perfeito deu-me toda a razão e eu fiquei todo contente, já podia ser juiz e abrir o meu clube. (...) No Club (...), do meu tio, veem-se hoje garrafas de vinho e taças de vinho a voarem; é só dizer o nome do vinho e o vinho vem a voar, porque o meu tio chipou as garrafas de vinho. Se dissermos “Champagne Saint-Tropez para 5” o champagne vem em menos de 5 segundos e os 5 copos vão chegando numa dança também ela chipada. Mas isso não combina com Cascais. Em Cascais, há um *status quo tecnológico* que é precisamente ser tecnológico, intuitivo, espiritual, conectado ao mundo da natureza, da política, do direito e da economia sem tecnologias “que cortem” a nossa tecnologia. E os telefones, os drones, os robots, os óculos de realidade virtual aumentada e a *Rede* cortam a nossa tecnologia. Em Cascais, não se via ninguém a andar com os telefones... Porque quando se anda, não se anda com o telefone na mão! É este o status quo tecnológico! Em Cascais, quando se quer atender uma chamada ou escrever uma mensagem, o status quo tecnológico manda parar e só voltar a andar quando se guardar o telefone. Porque em Cascais a tecnologia é descontraída. A tecnologia do mar permite essa descontração. Não se anda a correr em Cascais, não há pressa em Cascais. Em Cascais, usa-se o telefone para se combinar o café e depois fala-se é no café. Em Cascais, há uma necessidade humana social muito grande. E essa sociabilidade deve ser preservada e protegida. E eu vi essa sociabilidade, porque também eu me sinto um ser social. E quis proteger e preservar isso. Foi por isso, que abri o Clube (...), onde os membros sabem que há esse meu compromisso. Esse contrato que deixa de fora copos voadores chipados com microfone. Mas introduz canários, periquitos e papagaios. No meu clube há um amplo jardim-estufa de teto altíssimo e envidraçado onde os canários, os periquitos e papagaios que antes estavam metidos em minúsculas jaulas e gaiolas voam livremente sem nenhum algoritmo a copiar-lhes o canto. E eles fartam-se de cantar e eu e os membros do clube não nos fartamos de os ouvir! De lhes ouvir a

felicidade! Aproveitando a boleia legislativa dos bons *Autores do Sistema* de Sebastião Lupi-Levy contactei o Jardim Zoológico para “resgatar” papagaios numa transferência tecnológica *À Velocidade da Luz* de Gil de Sales Giotto. Esta transferência tecnológica só seria possível se eu me tornasse numa pessoa coletiva. Se eu fosse uma pessoa singular, o Jardim Zoológico nem me respondia. Também queria dar um voo tecnológico aos periquitos que via presos em gaiolas nos jardins. Fui bater à porta da Administração Pública para fazer com ela um contrato público: levar a gaiola e abrir a portinhola dentro do Club (...). Se eu fosse uma pessoa singular, (...) a Administração Pública nem me ouvia a bater à porta. Mas com o Club (...) eu não aparecia em nenhuma dessas portas como uma pessoa singular, mas como uma pessoa coletiva, e por isso podia bater à porta e ser ouvido, podia enviar emails e ser positivamente respondido. Havia membros que queriam entrar no Club (...), mas por terem canários presos nas gaiolas o Direito da Reserva de Admissão do Club (...) negava-lhes a entrada. Eles sabiam que para entrar, tinham de trazer a gaiola para o clube e abrir lá dentro a portinhola. Negociei isso com eles. E a cor da alma deles alterou e o Direito da Reserva de Admissão do Club (...) já lhes concedia tecnologicamente a entrada. É esta a tecnologia que há no meu clube. O mar em Cascais é que é a tecnologia de Cascais. E do terraço do Club (...) consegue-se ouvir essa tecnologia, porque eu consegui com o Direito À Vista comprar um pedacinho do céu para proibir ali o voo de drones ganhando direitos aéreos de propriedade. Mas não fui eu que ganhei. Ganhei em nome da minha empresa, do Club (...). Porque eu sou uma pessoa singular, mas a minha empresa é uma pessoa coletiva. E só as pessoas coletivas é que podem concorrer “ao céu” para ganhar direitos aéreos de propriedade. As empresas, os condomínios, as universidades... Vivo num condomínio privado, porque só nos condomínios privados, que têm direitos aéreos de propriedade, é que posso ter um jardim sem ser sobrevoado por um drone que não me filme a mim e ao Thomas e aos nossos amigos. Andei na aplicação dos drones a ver em Portugal onde é que havia zonas encarnadas, zonas em

que o voo era proibido e encontrei um condomínio privado inserido numa zona encarnada. Não vivo num condomínio privado porque “é chique”... Vivo lá, “obrigado”! O Direito À Paz Tecnológica, o Direito À Intimidade e à Reserva da Vida Privada, o Direito à Segurança, o Direito À Imagem são tudo direitos muito caros. Paga-se muito para se poder tê-los! Vítor! O Vítor começou a falar do caso... Mas eu interrompi-lhe logo na primeira linha... Mas não o vou fazer mais. Vou dar-lhe 10 segundos para dizer o que se passou e mais 50 segundos para resolvê-lo. Vou dar-lhe este pequeno *stress*.

— O Aníbal comprou um carro com um sistema comandado pela voz com inteligência artificial. Durante uma semana, todos os dias, enquanto guiava, recitava os seus poemas *À Velocidade da Luz* de Gil de Sales Giotto. Na semana seguinte, o robot-escritor da marca de carros (...) tinha publicado um livro com todos os poemas do Aníbal.

— 50 segundos, Vítor!

— Aníbal, para defender os seus Direitos de Autor poderia recorrer ou ao Tribunal dos Algoritmos demandando todos os algoritmos do robot-escritor ou ao Tribunal Penal Comercial demandado a marca de carros (...) ou ao Tribunal da Robótica demandando o robot-escritor e ao mesmo tempo a marca de carros (...) dona do robot-escritor. Se Aníbal recorresse ao Tribunal dos Algoritmos, a empresa autorizada no tratamento de dados com a titularidade e patente dos algoritmos “que ganharam vida” teria de (...) “reverter” a Bento entre 60 a 90% dos lucros que a empresa obteve com o “cérebro” de Bento. Este seria o caso típico em que Bento vai ao Tribunal dos Algoritmos para ir reclamar o seu prémio. (...) Se Bento deixasse passar 5 anos, já não poderia recorrer ao Tribunal dos Algoritmos. Aqui a lógica do sistema é o aproveitamento da lei de Lavoisier (...). Se recorresse ao Tribunal Penal Comercial poderia abrir um processo criminal (...) pelo crime de atividade ilícita de dados. Se

recorresse ao Tribunal da Robótica, que seria a meu ver a melhor das hipóteses, poderia mandar desligar o robot-escritor (...) como castigo e pedir uma (...) indenização (...) a título de responsabilidade civil por danos patrimoniais e morais.

— Certo! Estamos a correr *À Velocidade da Luz* de Gil de Sales Giotto! Caso *Vítor Hugo versus (...)*?

— (...) No dia do voo, Vítor Hugo e Berta Noémia saíram de casa a correr sem comer nada, contando com uma deliciosa refeição no avião, tendo só tempo de imprimirem os bilhetes em papel reciclado para “fugirem” ao *biopass*. Nos aeroportos, um dos tipos de *biopass* é podermos passar as fronteiras com o nosso dedo dando em troco o nosso traço de personalidade, que foi escrito, marcado e desenhado pela Mão da Mãe...

— Arthur, gosto muito de si, como sabe, mas deixe-me interrompê-lo. Nas minhas aulas quero que falem das igrejas de uma forma (...) desguarnecida (...) porquanto o meu direito de liberdade à religião termina assim que começa o do Arthur. Um dos seus colegas que o esteja a ouvir e não pertença ao Triângulo vai desligar automaticamente de si, se ouvir que foi a Mão Invisível em que o Triângulo acredita a imprimir-nos nos dedos indicadores todas as oficiais impressões digitais. Poderia até um colega seu do Trapézio interrompê-lo aos berros (...), não na minha sala de aula (...), por você não ter dito que quem colocou a oficial impressão digital, que trazemos no dedo indicador, foi a Mão Fantástica do Universo. Eu sei que vocês têm as vossas suspeitas espirituais sobre o meu espírito... Sei que vocês perseguem, tal como o Sistema Perfeito, o *target* da minha alma para saberem com que igreja ela anda mais ligada... Mas nas minhas aulas tento sempre falar das igrejas numa feição desapercibida. Para respeitarmos a liberdade do culto e religião de cada um, devemos ser empáticos e falarmos num talho desguarnecido que não dê golpadas em

nenhum coração. Não temos de falar sempre assim. Mas às vezes, podemos colocar-nos empaticamente com omnipresença no coração de cada um. Neste caso, o Arthur poderia ter dito “numa das” 3 Mãos Invisíveis, porque são 3 as igrejas permitidas no Sistema Perfeito, é a liberdade que o Sistema Perfeito nos oferece e nós devemos aproveitar essa liberdade que ele nos dá.

— Desculpe, professor! Vou reformular: nos aeroportos um dos tipos de *biopass* é podermos passar as fronteiras com o nosso dedo dando em troca o nosso traço de personalidade que foi marcado por uma das 3 Mãos Invisíveis na nossa impressão digital.

— É exatamente assim como eu quero que vocês falem. Porque eu não sou o Sistema Perfeito e não quero saber como o Sistema Perfeito de que igreja vocês são, porque todas elas têm um fundamento: acreditam numa força espiritual superior e num Direito Canónico Universal, traduzem e incutem bons valores. E esses bons valores são os bons valores que fazem bater o nosso coração. A mim o que me interessa, é eu olhar para os vossos corações e ver que bate por bons valores. Por valores humanos. Que é cego e apaixonado pelos Direitos Humanos e pelos Direitos Universais do Homem. E estes direitos que pertencem a um Direito Internacional têm de ser vistos com uma certa alienígenidade. Devemos ter a capacidade de ser aliens, sair do nosso ordenamento e ver os outros ordenamentos e isto não pode custar nada. É um exercício humano, porque nós nascemos com um GPS dentro de nós. Há um GPS dentro de nós e devemos ter o GPS aberto. Se tivermos o GPS aberto, ficamos com o coração aberto. Continue, por favor, Arthur...

(...)

— Entraram pela cauda do avião e não viram câmaras nenhuma de filmar. Qual foi o espanto quando o avião não tinha janelas, mas sim câmaras por baixo do avião que iriam passar numa tela

gigante as imagens do voo. Vítor Hugo e Berta Noémia odiavam aquilo, tinham pago para viajarem juntos à janela para verem a descolagem e a aterragem e não para viajarem num avião sem janelas. (...) Já no ar, os hospedeiros de bordo disseram que iriam servir um “snack”. Qual foi outra vez o espanto por (...) ter cortado na refeição que servia, substituindo-a por um pacote cheio de ar com batatas fritas, com sal, ainda por cima, que dispararia qualquer algoritmo da Medicina de Precisão do Sistema Nacional de Medicina. Como se tudo isto não bastasse, quando o avião aterrou, a saírem, não pela cauda, mas agora pelo nariz do avião, viram uma grande câmara de filmar que lhes filmava o quão estavam zangados e aborrecidos com aquele voo, tendo despedido das hospedeiras de voo sem sorrir, classificando os algoritmos da câmara de filmar do avião Vítor Hugo e Berta Noémia como “pouco simpáticos”, baixando a sua pontuação de simpatia, não ganhando, por isso, milhas para o próximo voo (...). Vítor Hugo e Berta Noémia recorreram ao Tribunal dos Algoritmos e ao Tribunal Comercial dos Dados (...) para demonstrar a ilicitude de toda aquela agenda de algoritmos e para serem indemnizados por terem sido filmados sem qualquer aviso prévio, pedindo no mesmo pedido que os seus dados de imagem fossem esquecidos no sistema (...). Foi um caso muito polémico agitando até uma indústria gigante de aviões supersónicos que estavam nas fábricas, em peças, prontos para se montarem sem janelas, por causa do “novo direito económico da utilidade do tempo” do direito da aerodinâmica que estava em estado embrionário, mas que Vítor Hugo e Berta Noémia conseguiram abortá-lo do sistema com o simples, (...) Direito À Vista. Desse caso, nasceram várias proibições e imposições do Direito Comercial Administrativo. Foram proibidos a comercialização desses aviões com o argumento de que em nada valia o investimento da viagem, se não se pudesse ver a viagem com olhos de ver e se não se pudesse acompanhar o voo por mais tecnológico que fosse, tão-só através dos olhos humanos. As empresas de aviação comercial que quisessem ganhar as rotas comerciais seriam aquelas que não separassem

namorados, amigos e familiares nas viagens, impondo que pagassem os lugares e que servissem refeições decentes a bordo, tendo em conta o preço dos bilhetes de avião. As câmaras de filmar foram imediatamente retiradas dos aviões, pela impossibilidade da liberdade de os passageiros poderem viajar depois em aviões que não procedessem à gravação de imagens. Ainda que os passageiros passassem a ser avisados que iriam ser filmados, nunca isso poderia consubstanciar um consentimento, mas sim um constrangimento! Porque as pessoas não querem deixar de viajar e ver o mundo!

— Obrigado, Arthur! Gusmão?... Pode começar.

— No caso *Vítor Hugo versus (...)* foi mais ou menos a mesma coisa, mas desta vez com microfones. Também era uma empresa de aviação comercial. Vítor Hugo e Berta Noémia vinham dos Açores. Iam descolar dos Açores e iam aterrar em Lisboa. Mas por causa das condições atmosféricas ficaram “presos” dentro do avião, na pista, durante 3 horas, porque não havia autorização para aterrar na pista em Lisboa, e por isso não podia o avião descolar sem poder depois aterrar. Sendo uma empresa de baixo custo (...) não tinha cozinha nos aviões, só tendo croissants de chocolate, águas e sumos. Naquelas 3 horas dentro do avião, a empresa recusou-se a servir o que fosse gratuitamente, por ser uma empresa “de baixo custo” numa “política de contenção de custos”. Ora, nessas 3 horas, Vítor Hugo e Berta Noémia estavam fulos com toda a situação por nem terem direito, nem, a uma água. Furibundos, aumentaram naturalmente o tom de voz, “causando mau ambiente”, segundo os algoritmos instalados nos controladores de decibéis de voz – microfones instalados por cima das cabeças dos passageiros junto das lâmpadas de leitura. Vítor Hugo e Berta Noémia só se aperceberam da tecnologia, quando os controladores de voz começaram a emitir um som de aviso e uma luz encarnada. Desistiram do voo, abandonando o avião em pista e recorreram, ao Tribunal Penal Comercial, atacando a ilegalidade e a ilicitude daquela tecnologia,

pedindo as gravações de voz e conjugando num brilhante raciocínio jurídico que aquela extração de voz foi conseguida pela situação de stress culposa da empresa na negação da água e comida, que era um dos direitos básicos de assistência aos passageiros em voo. O juiz, na altura, livre de algoritmos, gostou muito do argumento e deu razão a Vítor Hugo e Berta Noémia, ignorando a alegação que a empresa trouxe ao tribunal, dizendo que o casal tinha violado o Direito ao Bom Ambiente. Dessa razão, foram retiradas imediatamente os controladores de voz dos aviões, sendo proibidos; e nasceu um novo Direito de Assistência Aos Passageiros Em Voo: em caso de atraso de voo, fosse no embarque, fosse dentro do avião, independentemente de ser uma empresa de baixo custo, as empresas estavam obrigadas a servir gratuitamente a bordo ou a reforçarem as refeições, no caso das empresas que já iam servir a refeição a bordo.

— Os comboios voadores semi-magnéticos (...) “imitaram” (...) porque os sócios das empresas são os mesmos, tendo instalado os controladores de voz também nos comboios. Mas, depois do caso *Vítor Hugo versus (...)*, (...) foi a correr retirar os controladores e gravadores de voz. Como podem ver, eis, a importância de um casal poder viajar sempre juntos é esta: tornam-se mais fortes e tornam mais sofisticado o sistema. Este amor devolveu-nos o conforto e a liberdade dos nossos voos *supertecnológicos*.

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade de
escrita do autor e não deixar o
espírito do autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603



— Isto hoje aqui é uma paz... Mesmo com o vírus cósmico de 2080 viemos para aqui em paz sem sermos intercetados pela Polícia Tecnológica.

— Só não fomos intercetados, pai, porque os drones da polícia não têm nenhum sistema de acoplagem para mandar parar carros voadores, como estão a mandar parar todos os carros terrestres...

— Claro, meu filho. A liberdade é um preço que se paga. Por causa do vírus cósmico, a circulação, (...) embora seja permitida, é fortemente controlada. Todos os carros são inspecionados, todos os passageiros são testados e em caso positivo, se não tiverem Seguro de Saúde são obrigatoriamente injetados com o soro cósmico...

— Que mais parece o soro da verdade... Não é, Thomas? Conta ao meu pai o que é que aconteceu ao teu primo...

— Sim, é verdade... Um primo meu que foi testado positivo e foi injetado com o soro, parece que deu em maluco. Parece que está num estado permanente de embriaguez. Parece que não tem um filtro. Diz tudo o que pensa. Contou à namorada as vezes que lhe tinha traído, contou aos amigos as petas que deu em toda a vida, contou aos pais as vezes que lhes tinha roubado dinheiro e ainda foi à polícia assumir crimes... Num dia perdeu todas as suas relações. Neste momento está internado. Aquele soro é assustador. Eu fui visitá-lo e ele disse-me que assim que foi injetado com o soro, começou a ver coisas e a ouvir vozes que nunca tinha ouvido. Ele jura que foi chipado. Ele jura que foi instrumentalizado. Ele diz que nem sequer se lembra do que fez. Coitado...

— Bom... Ninguém o mandou trair a namorada... Enfiar petas aos amigos... Roubar aos pais...

— Pai...

— Pai, nada! Não estou a dizer a verdade, Thomas?

— Sim, tio. Claro.

— Há quem diga que este vírus cósmico é uma herança genética do vírus de 2060 e que o vírus carbónico de 2060 seja um legado do vírus de 2040 e (...) que por sua vez, seja a continuação do vírus de 2025 na mutação máxima do vírus de 2023 que foi a primeira mutação forte do vírus de 2020. Ou seja, que o vírus de hoje é o mesmo que ontem, é o mesmo que o vírus de 2020, só que um pouco mais agressivo, um pouco mais forte. Eu discordo totalmente! Eu vivi os vírus todos (...) Agora, que o vírus de 2080 é um dos legados do vírus marciano de 2040, isso acredito piamente! Isto é um vírus trazido lá de Marte! É um vírus alienígena! É um vírus marciano! E é claro, que trazido aqui para a Terra, é um vírus que vem do cosmos, e por isso, é um vírus cósmico. Ninguém nos mandou ir para Marte! As restrições impostas hoje, são as mesmas que se impuseram em 2030, 2025 e em 2023. Sabem como é que aparecem os primeiros drones telecomandados por uma polícia?

— Com o vírus de 2030?

— Não, Thomas... A polícia, em Portugal, apareceu com os primeiros drones numa aparição muito sutil (...)

Para continuar a ver gratuitamente o demo desta obra, na página dos Member Writers no site da Jupiter Editions www.jupitereditions.com vá à subpágina do autor Antoine Canary-Wharf e clique nos botões dos vários demos.

**O seu donativo é muito importante
para proteger a qualidade de
escrita do autor e não deixar o
espírito do autor morrer.**

**Não deixe o espírito deste autor
morrer.**

**Está nas suas mãos não deixar o
espírito deste autor morrer.**

**Faça um donativo ao autor para o
IBAN**

PT50 0010 0000 58544220001

ou MB WAY 965108603